

## RESUMO

*A reunião iniciou-se pelas 10h24*

A SEAEP, acompanhada nesta reunião pelo Secretário de Estado do Orçamento, iniciou a reunião informando que, no decurso do processo de negociações iniciado neste mandato, o objectivo seria o estabelecimento de um calendário negocial para 2017.

Assim, entregou um documento denominado *Compromisso para a Negociação Colectiva em 2017*, que se anexa, enumerando as seguintes matérias:

1. Caracterização e resolução das situações existentes de precariedade no emprego público;
2. Revisão do regime do SIADAP;
3. Análise e estudo de impacto do descongelamento gradual das carreiras a partir de 2018.

O mesmo documento inclui ainda matérias adicionais, designadamente:

- carreiras e eventual revisão do Acordo Colectivo de Carreiras Gerais;
- Tabela Remuneratória Única e Suplementos Remuneratórios;
- Acidentes de Trabalho e doenças profissionais.

A FCSAP afirmou então que os trabalhadores e os sindicatos continuam em luta pelos aumentos salariais e pelo descongelamento das progressões remuneratórias sendo a Manifestação Nacional do dia 18 de Novembro mais um momento dessa luta em defesa não só dos objectivos citados como da aplicação das 35 horas a todos os trabalhadores, entre outras reivindicações constantes da Proposta Reivindicativa Comum para 2017 e que, não obstante não ter sido exigida a negociação suplementar são exigências que os trabalhadores não abdicam e que esperam ver cumpridas e respeitadas. A FCSAP não aceita o argumento de que não há dinheiro para aumentos salariais quando, face à proposta por si apresentada estes representariam uma despesa de 534 milhões de euros e na proposta de OE constam mais de 700 milhões de euros para aquisição de serviços revelando uma

# RESUMO DE REUNIÃO

16 de Novembro de 2016

clara opção de classe. O mesmo pode ser dito relativamente ao pagamento do trabalho suplementar em que o Governo não só mantém os cortes como determina uma discriminação entre trabalhadores do sector público empresarial e a administração pública onde o pagamento deste trabalho está já repostos nos valores anteriores aos cortes.

A FCSAP alertou ainda para a amputação do direito de negociação colectiva na medida em que as reuniões se têm limitado à transmissão da posição do governo sem margem negocial e que, fazendo um balanço do ano de 2016, pouco ou nada foi negociado nesta sede, limitando-se à negociação do diploma sobre a valorização profissional.

É necessária uma metodologia não sendo aceitável que a SEAEP continue a convocar reuniões sem apresentação antecipada dos diplomas para que os mesmos possam ser devidamente discutidos com os sindicatos para posterior apresentação de propostas. Qualquer matéria para discussão tem que ter uma base para a discussão prévia nos sindicatos.

Quanto às questões constantes do documento entregue pelo Governo:

1. Já existiram soluções em mandatos anteriores para resolução de alguns problemas resultantes do recurso a vínculos precários, existindo mesmo uma mesa de negociação específica no governo PS/Sócrates que foi interrompida. Os Ministérios sabem exactamente quais as situações de precariedade existentes e, neste momento, a FCSAP não tem conhecimento do estudo que foi realizado pelo que não pode pronunciar-se sobre este.

No que diz respeito à caracterização da precariedade a Frente Comum entende que esta se traduz na contratação a termo, na utilização de falsos recibos verdes e falsos estágios, na utilização de contratos emprego-inserção e de bolseiros para a satisfação de necessidades permanentes dos serviços.

# RESUMO DE REUNIÃO

16 de Novembro de 2016

É necessário discutir e resolver porque o diagnóstico está feito pelos serviços. No que diz respeito aos contratos a termo, a abertura de procedimento concursal garante a sua regularização sem gastos adicionais. Já quanto aos falsos recibos verdes poderá não ser exactamente o mesmo caso sendo certo que existem inúmeros casos onde hoje se gasta mais dinheiro através da subcontratação, sendo necessária a existência de uma norma dirigida à sua integração nos mapas de pessoal uma vez que estes satisfazem necessidades permanentes dos serviços. Quanto aos desempregados que são contratados através do programa dos CEI, tal representa uma grave violação dos seus direitos uma vez que o subsídio de desemprego que recebem é seu e resulta das suas contribuições para a Segurança Social e, no entanto, estes desempregados estão a satisfazer necessidades permanentes da Administração Pública mediante uma bolsa de 86 euros, sem quaisquer direitos. Estes trabalhadores deverão também ser incluídos nos mapas de pessoal e o diploma dos CEI deverá ser revogado. Também no que diz respeito aos bolseiros, os mesmos deverão ser incluídos nos mapas de pessoal das instituições desde que trabalhem para a satisfação de necessidades permanentes.

2. Quanto ao SIADAP a FCSAP desconhece a intenção do Governo e necessita da proposta para se poder pronunciar. A FCSAP está de acordo com um sistema de avaliação de desempenho mas não com o SIADAP.
3. O estudo do impacto de descongelamento das progressões das posições remuneratórias é da exclusiva responsabilidade do Governo e a FCSAP não pode ser envolvida. Os trabalhadores têm direito a mudança de posição remuneratória, direito esse que está congelado há vários anos. Independentemente do impacto é urgente o descongelamento porque é um direito dos trabalhadores.
4. Relativamente às demais matérias estas são importantes e é necessária a calendarização da sua discussão com vista à alteração urgente da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

# RESUMO DE REUNIÃO

16 de Novembro de 2016

As reuniões têm de ter consequências e resultados e a FCSAP não aceitará reuniões de mero cumprimento de calendário.

A SEAP fez então duas notas adicionais afirmando que não entende que tenha existido uma fachada de negociações porquanto foram discutidas as matérias relativas ao Orçamento do Estado para 2016 e agora para 2017, a reposição das 35 horas, a revalorização profissional e ainda este ano a formação profissional cujo projecto de diploma distribuiu e que se anexa.

Relativamente à precariedade sublinhou que foram desenvolvidos os trabalhos e o Relatório está em fase de conclusão, identificando-se como situações analisadas as prestações de serviço, estágios, bolsas, CEI e contratos a termo. O Relatório de diagnóstico e levantamento indica que não pode indistintamente chamar-se a todos estes vínculos precários uma vez que existem necessidades de prestações de serviço e de contratação a termo, sendo necessário determinar o que é precariedade e onde está e avançar soluções.

A FCSAP afirmou que o processo negocial da reposição das 35 horas nunca existiu tendo sido resolvido na Assembleia da República e que relativamente à precariedade provavelmente não iria existir qualquer acordo quanto à sua definição. Um trabalhador contratado a termo há 14 anos tem um vínculo precário e os Ministérios têm conhecimento pleno dos trabalhadores que contratam e quais as situações de precariedade.

A FCSAP não aceita o adiamento da solução com base em estudos e relatórios e sublinha a urgência de concursos para regularização destas situações, sendo uma questão de vontade política.

*A reunião terminou pelas 11h20*

**FCSAP**